

BACURI: O MERCADO DO FRUTO QUE SIMBOLIZA O EXTRATIVISMO SUL-MARANHENSE, NO BRASIL**BACURI: THE MARKET OF THE FRUIT THAT SYMBOLIZES SOUTHERN MARANHÃO'S EXTRACTIVISM, IN BRAZIL****BACURI: EL MERCADO DEL FRUTO QUE SIMBOLIZA LA EXTRACCIÓN EN EL SUR DE MARANHÃO, EN BRASIL**Tayline Walverde Bispo¹<https://orcid.org/0000-0002-2403-3929>Camila Lago Braga²<https://orcid.org/0000-0002-1211-9899>Cristiane Cavalcante Lima³<https://orcid.org/0000-0003-2100-3975>Stalys Ferreira Rocha⁴<https://orcid.org/0000-0003-0577-5844>**Submissão: 30/09/2021 / Aceito: 14/02/2022 / Publicado: 31/03/2022.****Resumo**

O bacuri (*Platonia insignis* Mart.) é o fruto do bacurizeiro, uma planta arbórea, tipicamente encontrada na região da Amazônia Oriental, mas que também está presente nas áreas de transição do bioma Cerrado. Esse fruto possui grandes potencialidades de acesso aos mercados e geração de renda, além de poder ser utilizado na regeneração de áreas degradadas. O presente artigo tem como objetivo analisar o mercado do bacuri sul-maranhense à luz da Nova Sociologia Econômica (NSE). Esse estudo teve caráter descritivo, cujas ferramentas de análise foram levantamento bibliográfico, pesquisa documental e entrevista. A investigação foi realizada entre os anos de 2018 e 2019 nos municípios de Carolina e São Raimundo das Mangabeiras, ambos localizados no sul do Maranhão. A NSE redimensiona o foco de análise para mais bem compreender os mercados dinâmicos, alternativos e inovadores. Essa abordagem teórica possibilitou entender que as relações econômicas entre os agentes estão inseridas em um contexto social e político influenciado pela ação do Estado e por normas legais, morais e éticas. O bacuri é um fruto muito importante para a economia local dos municípios analisados. Apesar do referido mercado estar na informalidade, o bacuri é gerador de renda e de desenvolvimento das populações agroextrativistas. A maior parte dos frutos coletados é destinada para outras cidades por intermédio de atravessadores locais sob a encomenda de agroindústrias processadoras de polpas de frutas. Conclui-se que a base do mercado do bacuri é a

¹Doutora em Desenvolvimento Sustentável (UnB). Mestre em Agronegócios (UnB). E-mail: taylinewalverde91@gmail.com.

²Mestre em Ciências Sociais (UFMA) e doutoranda em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). E-mail: camila.lago.braga@gmail.com

³Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) e doutoranda em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). E-mail: cristiane.lima@ifam.edu.br

⁴Mestre em Economia Rural (UFCE) e doutorando em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). E-mail: stalysf.rocha@gmail.com



confiança entre o agroextrativista e o atravessador, que ocupa o lugar de principal articulador local.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Cerrado. Frutos nativos. Maranhão. Mercados.

Abstract

The bacuri (*Platonia insignis* Mart.) is the fruit of the bacurizeiro, an arboreal plant typically found in the Eastern Amazon region, but which is also present in the transition areas of the Cerrado biome. This fruit has great market possibilities and income generation, as well as can be used in the regeneration of degraded areas. This article aims to analyze the market of southern Maranhão's bacuri in the light of the New Economic Sociology (NES). This study had a descriptive character and used as analytical tools considered a literature review, documentary research and interviews. The investigation was carried out between the years 2018 and 2019 in the municipalities of Carolina and São Raimundo das Mangabeiras, both located in the South of Maranhão. NES refocuses the analysis to better understand dynamic, alternative and innovative markets. This theoretical approach allowed to understand that the economic relations between agents are inserted in a social and political context influenced by the action of the State and by legal, moral and ethical norms. Bacuri is a very important fruit for the local economy of the analyzed municipalities. Although the referred market is informal, bacuri generates income and development for agro-extractive populations. Most of the fruits collected are sent to other cities through local intermediaries thanks to orders placed by agro-industries that process fruit pulp. The study concludes that the basis of the bacuri market is the trust between the agroextractivist and the middleman, who acts as the main local articulator.

Keywords: Cerrado. Family farming. Maranhão. Markets. Native fruits.

Resumen

El bacuri (*Platonia insignis* Mart.) es el fruto del bacurizeiro, una planta arbórea que se encuentra típicamente en la Amazonía Oriental, pero que también está presente en las áreas de transición del bioma Cerrado. Este fruto tiene grandes posibilidades de mercado y generación de ingresos, así como también puede ser utilizado en la regeneración de áreas degradadas. Este artículo tiene como objetivo analizar el mercado del bacuri del sur de Maranhão a la luz de la Nueva Sociología Económica (NES). Este estudio tuvo un carácter descriptivo y utilizó como herramientas analíticas la revisión bibliográfica, la investigación documental y las entrevistas. La investigación se realizó entre los años 2018 y 2019 en los municipios de Carolina y São Raimundo das Mangabeiras, ambos ubicados en el Sur de Maranhão. NSE redimensiona el foco del análisis para comprender mejor los mercados dinámicos, alternativos e innovadores. Este abordaje teórico permitió entender que las relaciones económicas entre los agentes ocurren en un contexto social y político influenciado por la acción del Estado y por normas jurídicas, morales y éticas. El bacuri es una fruta muy importante para la economía local de los municipios analizados. Aunque sea informal el referido mercado, el bacuri genera ingresos y desarrollo para las poblaciones agroextractivistas. La mayoría de los frutos recolectados es enviada a otras ciudades a través de intermediarios locales gracias a los pedidos de las agroindustrias que procesan la pulpa de la fruta. Se puede concluir que la base del mercado del bacuri es la confianza entre el agroextractivista y el intermediario, que actúa como el principal articulador local.

Palabras-clave: Agricultura familiar. Cerrado. Frutas nativas. Maranhão. Mercados.



INTRODUÇÃO

O bacuri (*Platonia insignis* Mart.) é o fruto do bacurizeiro, uma planta arbórea de porte médio a grande, tipicamente tropical, originária da Amazônia Oriental, mas também está presente nas áreas de transição do bioma Cerrado.

Por um lado, a fruta, de sabor e aroma peculiares, é proveniente da atividade extrativista (quase que totalmente) e possui uma importância econômica significativa nos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins, sendo o Pará o principal produtor e consumidor da forma *in natura* ou em polpa. O bacuri também pode ser utilizado na elaboração de sucos, sorvetes, cremes, doces ou compotas (NASCIMENTO; CARVALHO; MULLER, 2007). Oferece grandes possibilidades de mercado e geração de renda, além de poder ser utilizado na regeneração de áreas degradadas (MENEZES *et al.*, 2011).

Por outro lado, nas áreas de maior ocorrência dessa espécie, também há forte ocupação humana, o que compromete a subsistência do bacurizeiro. Homma (2008) afirma que grande parte das árvores foram derrubadas no passado para obtenção de madeira. Atualmente, nos estados do Maranhão e Piauí, é possível perceber que o processo de desmatamento contínuo dos bacurizais ocorre em prol da implantação do cultivo de soja (*Glycine max*) e abacaxi (*Ananas comosus*). Além disso, no Pará a espécie também vem sendo substituída por roçado, produção de lenha, feijão caupi (*Vigna unguiculata* (L.) Walp.), entre outros fatores. Ainda segundo o autor, existem duas maneiras de ampliar a oferta do bacuri no mercado: a primeira é por meio de plantios racionais em áreas de recuperação de desmatamento, e a segunda é mediante manejo com a manutenção de uma floresta oligárquica,⁵ porém esta última opção se mostra a mais interessante em curto prazo e pode ser direcionada aos agricultores familiares (HOMMA, 2008).

Menezes, Homma e Schöffel (2012) identificaram três tipos de sistema de exploração do bacuri: o extrativo, o manejado e o plantado.

O sistema extrativo é a fonte principal dos frutos, contudo essas árvores nativas ficaram mais escassas devido à derrubada para a obtenção de madeira (isso mudou nos anos 2000, quando a extração da madeira foi substituída pela obtenção da polpa do fruto).

Já o sistema manejado:

⁵ Floresta com poucas espécies vegetais.



caracteriza-se por recuperar plantas provenientes de brotações espontâneas, formadas entre 20 e 50 anos, em antigos roçados, os quais os proprietários mantiveram limpos no início e, posteriormente, ocorreu a regeneração da vegetação secundária (MENEZES; HOMMA; SHÖFFEL, 2012, p. 47).

Por sua vez, o sistema plantado, que ainda é inicial, consiste no plantio de mudas de sementes e de enxertia. As mudas têm sido inseridas em áreas de sistemas agroflorestais juntamente com o cultivo de pimenta-do-reino (*Piper nigrum*) e de cacau (*Theobroma cacao*). As principais técnicas utilizadas para o manejo e cultivo do bacuri vêm do conhecimento empírico dos agricultores, que desenvolveram práticas próprias em virtude da falta de assistência técnica e por existirem poucas pesquisas sobre a espécie (MENEZES; HOMMA; SHÖFFEL, 2012).

Apesar de ter sua demanda crescente, um dos principais problemas em relação ao bacuri diz respeito ao seu mercado. São muitos fornecedores, agroextrativistas, que coletam o fruto e não têm uma certeza quanto à venda (BISPO *et al.*, 2021). De acordo com Menezes *et al.* (2011), a comercialização dos frutos e da polpa é desorganizada, e os principais agentes de comercialização são atravessadores. Contudo, apesar das adversidades, a comercialização do bacuri configura uma renda monetária importante para os agroextrativistas.

Considerando o mercado como a categoria de análise principal, este artigo parte do pressuposto de que ele não se limita a uma simples razão entre oferta e demanda. Ou seja, além dessas duas variáveis, existem instituições, organizações e pessoas envolvidas em todo o processo de comercialização, desde a produção ou coleta da matéria-prima até a mercadoria que chega ao consumidor final (REDIN, 2015).

Diante desse contexto, o objetivo desta pesquisa foi analisar o mercado do bacuri sul-maranhense à luz da Nova Sociologia Econômica (NSE). Essa abordagem foi escolhida porque, segundo a NSE, o mercado não se refere ao estabelecimento de relações abstratas entre oferta e demanda ou entre atores atomizados, mas sim ao conjunto de interações imbricadas em redes concretas de relações sociais (GRANOVETTER, 2007). Para tanto, essa perspectiva remete à questão da confiança como uma característica das trocas humanas e não dos atores individuais, e o mercado é visto como uma construção social (FERRARI, 2011).

Além desse enquadramento teórico, o presente estudo assumiu caráter descritivo e utilizou levantamento bibliográfico, pesquisa documental e entrevistas como ferramentas de

análise. Estas foram conduzidas com 15 agroextrativistas, 4 representantes de cooperativas e associações, 1 atravessador e 1 representante da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão (AGERP). Também ocorreram visitas a propriedades rurais. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2018 e 2019 nos municípios de Carolina e São Raimundo das Mangabeiras, ambos localizados no sul do Maranhão, região do bioma Cerrado com a presença de agroextrativistas que coletam o bacuri, bem como outros frutos nativos, e onde estão presentes organizações pertencentes a esses indivíduos.

A seguir, este artigo está dividido em 5 seções além desta Introdução. A segunda seção traz uma discussão teórica envolvendo os conceitos de agroextrativismo e as especificidades dos mercados a partir da abordagem da NSE. Na terceira seção, descrevem-se os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Na quarta seção, é detalhada a análise do mercado de bacuri na região sul-maranhense. Por fim, a última seção sintetiza as principais conclusões sobre o estudo realizado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção inicia com uma breve discussão de aspectos terminológicos sobre o conceito de extrativismo. Logo após, é apresentada a perspectiva teórica da Nova Sociologia Econômica.

Definições envolvendo a atividade extrativista

A coleta vegetal foi a primeira atividade realizada pelo ser humano para garantir sua sobrevivência e, com isso, possibilitou que grupos se espalhassem por diversos territórios em todo o mundo. Devido ao aumento da população humana e às mudanças climáticas, os alimentos que antes eram mais facilmente encontrados passaram a ficar mais escassos, o que levou as populações a buscarem alternativas para a manutenção da vida, desenvolvendo assim a agricultura e a domesticação das espécies (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Diante desse percurso, o termo extrativismo designa o sistema de exploração de recursos espontâneos, geralmente, Produtos Florestais não Madeiros (PFNMs) destinados à comercialização. No sentido mais amplo, a categoria reúne todas as atividades de coleta no meio ambiente, quer sejam vegetais, animais ou minerais (EMPERAIRE,



1994). Nessa direção, o extrativismo de PFMN diferencia-se dos demais por ser uma atividade que, se feita com sustentabilidade, utiliza recursos renováveis e não causa impactos negativos no ecossistema. Segundo Pinton e Emperaire (1992), o extrativismo vegetal é uma fonte considerável de receita para alguns estados brasileiros, presente, principalmente, entre a população rural.

Homma (1993), por seu turno, diferencia a atividade extrativista em dois grupos: o primeiro é o extrativismo de coleta, e o segundo é o extrativismo por aniquilamento ou depredação.

O extrativismo de coleta se configura “quando a sua exploração é fundamentada na coleta de produtos extrativos de determinadas plantas ou animais [...]. No caso, em que a velocidade de extração for igual à velocidade de recuperação, o extrativismo permanecerá em equilíbrio” (HOMMA, 1982, p. 252). Outros exemplos desse tipo de harmonia podem ser citados, tais como: a coleta da borracha da seringueira (*Hevea brasiliensis*) e a da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*).

Já o extrativismo por aniquilamento ou depredação “ocorre quando a obtenção do recurso econômico implica a extinção dessa fonte, ou quando a velocidade de regeneração for inferior à velocidade de exploração extrativa” (HOMMA, 1993, p. 4). Nesse caso, temos como exemplos: a extração madeireira, a caça e a pesca indiscriminada (HOMMA, 1982).

Antes de avançar na discussão sobre o extrativismo, vale ressaltar que existem termos utilizados como sinônimos, por exemplo: coleta, apanha, catação e extração (SILVA; MIGUEL, 2014). Porém, Emperaire e Lescure (1996) diferenciam extrativismo de coleta. O termo coleta está vinculado às atividades cujos produtos são limitados ao consumo familiar ou à troca local. Em contrapartida, para Silva e Miguel (2014), o extrativismo é um conceito brasileiro, que abarca todos os sistemas operacionais para produtos florestais, desde que estes sejam integrados a uma economia de mercado em escala regional, nacional ou internacional. Mota *et al.* (2014, p. 191) acrescentam que o extrativismo pode ser definido como “a exploração dos recursos naturais (animal e vegetal) em ecossistemas diversos e voltados para diferentes mercados”. Logo, os termos extrativismo e coleta participam de duas lógicas econômicas diferentes, em que o primeiro é regulado por um mercado externo e o segundo pelas necessidades da unidade doméstica.

Para Empeaire (1996), o extrativismo é comumente visto como uma atividade antiga, ultrapassada e incapaz de trazer benefícios. No entanto, por meio das ações de organizações civis e dos movimentos sociais dos extrativistas, essa atividade pode ser vista sob outra ótica, pela qual é possível ter diversos ganhos, tanto sociais e econômicos como ambientais, quando o extrativismo é praticado de forma responsável e consciente.

Outra categoria frequentemente utilizada pela literatura é o agroextrativismo.⁶ No entanto, também existem diferenças no entendimento desse conceito no Brasil e em outros países. No primeiro caso, o termo refere-se às atividades desenvolvidas por comunidades rurais, como, por exemplo, criação de animais, cultivo de árvores frutíferas e pesca (BISPO, 2014), ao passo que o segundo trata da extração dos recursos naturais, nos países pobres, pelas corporações multinacionais (PETRAS & VELTMEYER, 2015).

Portanto, é importante delimitar que o conceito de agroextrativismo abordado neste artigo está de acordo com Nogueira e Fleischer (2005, p. 129), ou seja, “visa a expressar as especificidades desse sistema de produção, que conjuga a coleta de recursos da biodiversidade nativa à geração de produtos por meio do cultivo e da criação de animais, típicos da agricultura familiar”.⁷

Nesta atividade, os frutos nativos são destinados ao consumo das próprias famílias agroextrativistas ou ao mercado. Este último se mostra um dos principais gargalos quando se trata de frutos nativos. Os mercados para esse tipo de produto têm bastante participantes, desde os agroextrativistas, diversos intermediários, organizações não governamentais, instituições governamentais até o consumidor final. Para compreender mercados tão complexos, utilizou-se a literatura sobre a Nova Sociologia Econômica (NSE).

Mercados segundo a Nova Sociologia Econômica

Como referido acima, a NSE redimensiona o foco de análise para mais bem compreender os mercados dinâmicos, alternativos e inovadores. Nessa perspectiva, as

⁶ Nogueira e Fleischer (2005) afirmam que o agroextrativismo é uma categoria que teve origem no movimento social amazônico. Diferente da prática exclusiva extrativa, principalmente de PFM, trata-se de um termo mais abrangente que inclui todo o sistema familiar de produção, com a produção agrícola e a criação de animais.

⁷ O conceito de agricultura familiar é definido pela Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006. Segundo essa legislação, entende-se como agricultor familiar aquele que possui, no máximo, quatro módulos fiscais, utiliza predominantemente mão de obra da própria família, tem renda advinda das atividades econômicas do seu estabelecimento e faz a gestão do estabelecimento juntamente com sua família (BRASIL, 2006).

relações econômicas entre os agentes estão inseridas em um contexto social e político influenciado pela ação do Estado e por normas legais, morais e éticas (REDIN, 2015).

A abordagem sociológica dos mercados procura compreendê-los não como premissas da ação econômica, mas como resultados concretos da interação social. Sob essa perspectiva, os mercados são espaços reais de confronto entre atores, cuja forma depende exatamente da força, da organização, do poder e dos recursos dos quais dispõe cada parte (SCHNEIDER; FERRARI, 2015). Nessa linha de entendimento, Panzutti (2011, p. 68) afirma que:

o mercado não é uma entidade autônoma, descolada dos agentes econômicos. Ao contrário, o mercado é uma construção social da realidade, resultado das estruturas e interações sociais, dentro de um contexto histórico determinado.

Os mercados, então, implicam em espaços sociais onde ocorrem trocas repetidas entre compradores e vendedores, sob um conjunto de regras formais e informais, que regem as relações entre concorrentes, fornecedores e clientes. Esses campos operam em conformidade com os entendimentos locais, regras e convenções, tanto formais quanto informais, que orientam a interação; facilitam o comércio; definem quais produtos são produzidos; e proporcionam estabilidade para compradores, vendedores e produtores. Tais mercados dependem de governos, leis e entendimentos culturais maiores que apoiem as atividades de trocas. A sociologia dos mercados explica que os atores desenvolverão estruturas sociais com o intuito de solucionar os problemas que eles encontram nas trocas, na competição e na produção (FLIGSTEIN; DAUTER, 2007).

Nos anos 1980, Mark Granovetter traz ao debate a ideia de que a ação econômica é uma forma de ação social; a ação econômica é socialmente situada e não pode ser explicada por motivos individuais; e as instituições econômicas são socialmente construídas (ABRAMOVAY, 2003). Essa análise estrutural dos mercados passou a se chamar de Nova Sociologia Econômica, a qual toma emprestada de Polanyi a noção de que as relações econômicas estão enraizadas (*embedded*) nas relações sociais, não podendo ser interpretadas como elementos independentes (GRANOVETTER, 2007). Dessa forma, o conceito de *embeddedness* tornou-se, na sociologia econômica, um instrumento que descreve processos de ordenação os quais levam a uma redução da incerteza da situação de ação e da estruturação social das decisões em contextos de mercado (BECKERT, 2007).

O enraizamento salienta o papel das relações pessoais concretas e a estrutura delas na geração de confiança, como um elemento desencorajador de condutas ilegais. A preferência por negociar com indivíduos de reputação conhecida implica que existem relações econômicas em que predomina a moralidade como fator principal para as trocas, ao mesmo tempo em que são acionados arranjos institucionais para se protegerem contra problemas futuros (GRANOVETTER, 1985).

O debate acerca da “economia informal” apresenta elementos práticos tocantes à aproximação do mercado e a sua relação crescente com a força dos laços sociais, conforme discute Granovetter. Em uma definição mais ampla, “trata-se de uma atividade cujos processos de produção não se enquadram nos padrões de regulação vigentes” (WILKINSON; MIOR, 1999, p. 32). O que é denominado “economia”, “setor”, “mercado” informal tem como referência, em muitas pesquisas, o sinônimo de pobreza e subemprego, podendo significar também a sobrevivência do indivíduo e da família por meio de ações diretas. Por outro lado, também existe uma visão alternativa que o coloca em uma perspectiva de dinamismo empresarial popular, em resposta ao rígido Estado “mercantilista” (PORTES; HALLER, 2005).

Diante desse quadro, a NSE ajuda a compreender a relação de confiança presente nas trocas informais e os mecanismos utilizados – como, por exemplo, a exclusão social – para conter ações fraudulentas. O principal argumento de Granovetter sobre enraizamento (*embeddedness*) é que, se alguém tem laços estreitos com outros, durante longos períodos, pode-se confiar que, em uma transação particular, as pessoas serão menos propensas a tentar enganar umas às outras (FLIGSTEIN; DAUTER, 2007).

Granovetter (1985) também afirma que as relações sociais são mais importantes para a confiança da vida econômica do que arranjos institucionais e moralidade generalizada. Enquanto as relações sociais podem, de fato, ser uma condição necessária para a confiança e para o comportamento confiável, não são suficientes para garantir as transações, abrindo espaço para comportamentos indesejados e conflitos em grande escala. Segundo o autor, existem três razões para isso: 1) a confiança está engendrada nas relações pessoais, mas uma pessoa conhecida sabe das suas fraquezas; 2) força e fraude são mais perseguidas eficientemente por equipes, e a estrutura dessas equipes requer um nível mais alto de confiança interna; e 3) a extensão da desordem resultante da força e da fraude depende muito de como a rede de relações sociais é estruturada. Redes muito extensas e

desordem em larga escala resultam de coalizões de combatentes, impossíveis sem relacionamento anterior. Desordem e comportamento indesejável ocorrem também quando relações são ausentes, vez que a presença de relacionamento inibe a má-fé.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo teve caráter descritivo. De acordo com Gil (2017), uma pesquisa descritiva procura conhecer a opinião, as atitudes e as crenças de uma determinada população. Foi utilizada a amostragem não probabilística, de forma não aleatória e intencional (MARCONI; LAKATOS, 1996).

Optou-se pelo método do estudo de caso, pois “permite uma investigação que preserva as características holísticas e significativas dos eventos da vida real” (YIN, 2001, p. 21), ou seja, preserva a totalidade das características do objeto estudado e considera as inter-relações dos diversos fatores que são observados.

A pesquisa foi realizada entre os anos de 2018 e 2019, nos municípios de Carolina e São Raimundo das Mangabeiras, ambos localizados no sul do Maranhão, região do bioma Cerrado com a presença de agroextrativistas que coletam o bacuri, além de outros frutos nativos, e onde estão presentes associações e cooperativas.

As ferramentas de coleta utilizadas foram levantamento bibliográfico, pesquisa documental e entrevista.

O levantamento bibliográfico foi realizado em livros, artigos científicos, teses e dissertações que tratam de frutos nativos, em especial o bacuri; da abordagem Nova Sociologia Econômica; e de agroextrativismo.

Por sua vez, a pesquisa documental se baseou na análise de documentos legais relacionados com a agricultura familiar.

Já as entrevistas foram feitas com 15 agroextrativistas, 4 representantes de cooperativas e associações, 1 atravessador e 1 representante da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão (AGERP). Além disso, realizaram-se visitas a propriedades rurais para observação *in loco*.

Por fim, empreendeu-se uma análise do conteúdo das entrevistas, na qual se buscou compreender os modos de extrativismo e processamento do bacuri, os meios de acesso ao

mercado dos agroextrativistas, ações realizadas pelo estado e pelas organizações coletivas representativas e o papel do atravessador no mercado do fruto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, analisam-se os mercados do bacuri nos municípios de Carolina e de São Raimundos das Mangabeiras. Para melhor entendimento, apresenta-se primeiro uma visão geral sobre a cadeia produtiva e, em seguida, o papel do atravessador.

O mercado do bacuri na região sul-maranhense

As cidades de Carolina e São Raimundos situam-se no sul do estado do Maranhão, em uma faixa de transição entre os biomas Cerrado e o Amazônico. Nos últimos anos, a região tem passado por uma intensa expansão da produção agropecuária de larga escala, principalmente para a produção de soja e milho (*Zea mays*).

No município de Carolina, os atravessadores se preparam previamente para a compra dos frutos mediante um mapeamento da produção junto aos extrativistas locais, o que permite saber se haverá bacuri suficiente. Posteriormente, são contratados atores locais⁸ para a coleta e despolpa dos frutos e comprados frutos e polpas dos agroextrativistas da região. Essas polpas são congeladas e ficam à espera de um caminhão refrigerado, o qual busca toda a produção que é levada aos estados do Piauí e Pará, bem como à capital do Maranhão, São Luís.

Observa-se que a cadeia agroindustrial do bacuri gera ocupação informal na época da sua coleta. Tanto os jovens quanto os adultos se envolvem na coleta do fruto e na sua comercialização. Geralmente, usam a medida do “milheiro” para venda. A comercialização e a ocupação advinda do bacuri são conduzidas localmente pelos atravessadores que agem de acordo com as encomendas das agroindústrias piauienses, maranhenses ou paraenses. A demanda de outras cidades é muito grande, levando os atravessadores a buscarem o fruto em locais de difícil acesso na zona rural dos municípios.

⁸ São grupos compostos majoritariamente por mulheres e operantes em casas na sede do município de Carolina. Esses atores utilizam tesouras para retirar apenas a polpa “bruta” do fruto, sem nenhum outro tipo de beneficiamento adicional.



A movimentação por trás do bacuri tem um motivo maior. De acordo com os entrevistados, os frutos coletados⁹ são os que possuem o preço mais alto, então as pessoas preferem consumir localmente as demais polpas, por exemplo, a de cajá. Assim, por possuir um melhor preço, os agroextrativistas informaram que não há grande consumo de bacuri nos municípios estudados. A coleta é direcionada para o mercado regional, não para o mercado local. A questão do preço faz com que a maior parte da população local não consiga pagar pelo produto, pois os valores oferecidos pelos atravessadores são mais atrativos. Além disso, os entrevistados também afirmaram que há certo preconceito em relação ao consumo do fruto. Muitas pessoas dessas cidades acreditam que ele é “remoso”, ou seja, que faz mal à saúde para pessoas debilitadas, convalescentes de pós-operatório ou sensíveis a alergias. Não se aconselha o consumo quente, com leite ou com ovo. Existem alguns relatos de pessoas que passaram mal após ingerir o fruto nessas condições. Também foi observado que, em todos os estabelecimentos visitados, como restaurantes, hotéis e lanchonetes, não foi encontrado suco de bacuri nos cardápios. Apenas em uma sorveteria era vendido sorvete do fruto.

Na região de São Raimundo das Mangabeiras, o bacuri não é muito comercializado. Os entrevistados afirmaram que os bacurizais estão cada vez mais escassos, isso devido ao desmatamento das chapadas, locais de ocorrência natural da planta, para o plantio de grãos, principalmente soja. Então os locais onde acontecia a coleta dos frutos, com os anos de ocupação, estão deixando de existir. Mas o comércio do fruto, quando ocorre, também é realizado por meio de atravessadores. Devido ao preço elevado do fruto, a cooperativa local não compra, porque acredita ser mais rentável para o agricultor vender diretamente ao atravessador.

Esse cenário mostra que, para continuar com o comércio de bacuri na região sul-maranhense, será necessário fazer plantios da espécie, como opção de reflorestamento de áreas degradadas ou recuperação de áreas de proteção permanente e de reservas florestais nas propriedades. Muitas pessoas obtêm uma parte importante da renda anual por meio do bacuri, o que torna necessário realizar ações agora para a garantia do fruto no longo prazo.

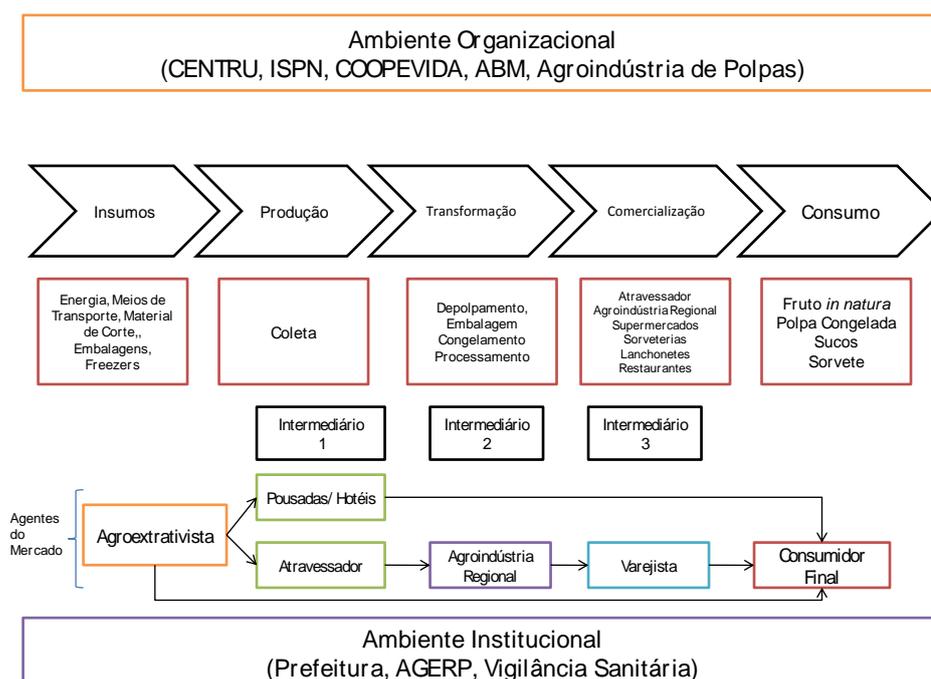
O mercado do bacuri, ilustrado na Figura 1, tem a participação de organizações não governamentais, associações, cooperativas, instituições governamentais, intermediários e

⁹ Foram identificadas quinze diferentes espécies de frutos do Cerrado aproveitadas pelos agroextrativistas na região sul-maranhense (BISPO, 2020).



consumidor final. Não existem muitos produtos processados advindos do fruto para serem comercializados. O principal problema relacionado ao processamento do fruto é a higiene. Não há uma agroindústria ou locais apropriados para seu corte, mas galpões improvisados e áreas externas das casas dos agroextrativistas.

Figura 1 – Mercado do bacuri no sul do Maranhão



Fonte: elaborada pelos autores.

Como representado na Figura 1, o mercado do bacuri é coordenado pela agroindústria processadora de polpas de frutas. Mesmo distante, é ela quem dita preços e quantidades que devem ser negociados nos municípios. O bacuri participa de um mercado que possui um circuito longo de comercialização até sua chegada ao consumidor final, podendo utilizar até três intermediários. Isso faz com que o preço do produto fique diluído no mercado e que o maior prejudicado seja o agroextrativista. O trabalho de coleta, algumas vezes de processamento primário, é desse ator, mas ele detém a menor participação nos ganhos. As vendas diretas, com destino para o consumidor final e para pousadas/hotéis, são pequenas. Apenas 1 entrevistado, dentre os 15 agroextrativistas, afirmou que faz vendas frequentes para esses estabelecimentos. Se não existisse esse mercado para outros estados,

o bacuri seria desperdiçado na região. A maior parte se tornaria comida para gado bovino ou teria suas árvores derrubadas para o aproveitamento da madeira.

O mercado de bacuri é mais significativo em Carolina do que em São Raimundo das Mangabeiras. Neste último município, a presença do fruto é mais escassa, porque a vegetação é mais seca e parte dos poucos pés que existiam foram derrubados para substituição das áreas em plantios comerciais, principalmente de soja e milho. Por sua vez, o município de Riachão também tem o comércio do bacuri nos mesmos moldes de seu vizinho, Carolina, de acordo com os entrevistados.

Não foi identificada uma forte participação do Estado no mercado do bacuri. Não há fiscalização sanitária nos locais de beneficiamento dos frutos nos municípios participantes dessa pesquisa, e toda a comercialização local é feita de maneira informal, de maneira que não existe recolhimento de impostos. O bacuri não faz parte das compras institucionais, como as realizadas para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), isso devido ao alto preço da polpa. Atualmente, em função da fiscalização no transporte interestadual das polpas congeladas, a agroindústria compradora tem tido uma maior preocupação quanto a emissão de notas fiscais e a documentação sobre a origem do produto.

Esse fruto participa de um mercado que foi desenvolvido há muito tempo e sempre teve a presença de atravessadores com a função de encaminhar os frutos para outras regiões e estados. Com o passar dos anos, houve a diminuição na quantidade desses intermediários, tendo em vista que anteriormente o mercado era bastante disputado e, hoje em dia, em todo o município de Carolina, existem apenas 3 intermediários.

O papel do atravessador no agroextrativismo do sul maranhense

Na região estudada, o município de Carolina apresentou um mercado mais organizado. O atravessador assume o papel de principal articulador local, tanto da produção, quanto da formação de preços e disponibilização de recursos para coleta e processamento dos frutos.

Em Carolina, o atravessador sempre esteve associado ao bacuri. Segundo relatos, a presença do atravessador é antiga nas cidades. No povoado chamado Posto Fiscal, que fica às margens da BR-230, atravessadores ficavam disputando o espaço de compra, com a presença de conflitos e brigas. Com o tempo, foi diminuindo a quantidade de

atravessadores, e atualmente são apenas 3 em todo o município de Carolina, os quais se conhecem e não disputam os produtos. O modelo de compra, formação de preço, venda e organização da produção é o mesmo entre esses agentes, que são fornecedores da mesma agroindústria de polpas.

A agroindústria compradora é de Teresina no Piauí. Além da polpa de bacuri, trabalha com outros frutos nativos, a exemplo o açaí (*Euterpe oleracea*), o cajá (*Spondias mombin*), o caju (*Anacardium occidentale*), o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), o murici (*Byrsonima crassifolia*) e o umbu (*Spondias tuberosa*), mas de Carolina é somente o bacuri. As polpas dessa empresa são vendidas em grandes mercados piauienses, como Grupo Pão de Açúcar, Grupo Mateus e Grupo Jorge Batista.

O atravessador local emprega 3 modos de compra do bacuri: 1) pelo arrendamento da propriedade e contratação de mão de obra para a coleta; 2) pela compra o fruto dos coletores; e 3) mediante a aquisição da polpa dos agroextrativistas, que realizam um processo mínimo de congelamento. A mão de obra contratada ganha pela quantidade coletada, no caso de R\$ 150,00 a R\$ 230,00 o milheiro do fruto. O valor depende do tamanho e da espessura da polpa do bacuri. Esse também é o preço pago aos agroextrativistas que vendem para os atravessadores. O quilo da polpa minimamente processada custa R\$ 10,00, e as cortadoras recebem R\$ 2,00 pelo quilo cortado. A agroindústria de polpas, no ano de 2019, pagou R\$ 22,00 o quilo da polpa ao atravessador, mas, em 2017, esse preço chegou em R\$ 17,00.

Em 2019, a agroindústria comprou uma quantidade menor de polpas, isso porque já possuía estoque da safra anterior. O preço e a quantidade são direcionados pelo estoque da agroindústria. Mesmo sem um representante local, é essa empresa que determina a quantidade e o preço do bacuri.

Dentro da cidade, a polpa que vem das propriedades rurais é recondicionada em sacos de 1 kg. Quanto menor o pacote, melhor para o congelamento. São, no máximo, 60 kg de polpa de bacuri por *freezer* para que congele uniformemente e não estrague. O atravessador envia de 1.500 kg a 2.000 kg a cada vez que o caminhão da agroindústria passa para receber a polpa. Na safra de 2019, vendeu sozinho 10.000 kg de polpa. Entretanto, cada vez que o caminhão passa, são levados de 8.000 kg a 15.000 kg de todos os atravessadores da cidade. Esse caminhão pertence à agroindústria. A rota começa a ser

feita a partir do dia 25 de novembro e vai até o final de dezembro. O veículo passa de 8 em 8 dias para buscar a polpa durante esse período.

Em 2018, dos 3 atravessadores de Carolina, foram vendidos 84.000 kg de polpa de bacuri para Teresina, Piauí. Carolina concentra a produção do bacuri na região sul-maranhense, recebendo produção de outros municípios vizinhos a fim de ser comercializado.

A fiscalização por órgãos oficiais está ficando mais presente a cada ano. Isso dificulta a comercialização da polpa do bacuri, que é processada de modo artesanal, nas casas dos agroextrativistas e em galpões alugados, muitas vezes sem boas práticas de fabricação. No que tange à questão dos impostos, como grande parte da polpa sai de um estado e vai para outro, o custo com taxas e impostos interestaduais é muito alto. Esse custo é coberto pela agroindústria e também faz parte do preço pago pela polpa.

Há uma preocupação por parte dos atravessadores quanto à possível falta de bacuri nos próximos anos. A causa é o manejo inadequado na coleta pelos agroextrativistas. Muitos derrubam os frutos do pé, e as árvores diminuem a produção. Nessas condições, elas morrem dentro de 3 anos. Não se observa o desmatamento em Carolina como um fator de diminuição da população de bacurizeiros, porém as queimadas criminosas são um fator que afeta diretamente a produção. Existe, na região, uma prática agrícola chamada “roça de toco”, segundo a qual o fogo é utilizado e, muitas vezes, perde o controle, queimando áreas nativas.

Até mesmo os atravessadores sentem a necessidade de uma cooperativa e viam a empresa Fruta Sã¹⁰ como uma organização que trazia desenvolvimento para o município de Carolina. Quando a empresa existia, ela não interferia diretamente no comércio do bacuri pelos atravessadores, isso porque não comprava uma quantidade considerável do fruto, e o preço não era muito atrativo. Mas a empresa adquiria todos os demais frutos e, por isso, gerava renda sem causar desperdício de alimento. Contudo, a possibilidade da existência da cooperativa é remota. Trata-se apenas de uma ideia dos agroextrativistas e demais produtores rurais. Não existe incentivo do governo do estado nem do município para a fundação de uma organização dos agroextrativistas da região.

¹⁰ Foram identificadas 15 diferentes espécies de frutos do Cerrado aproveitadas pelos agroextrativistas na região Sul maranhense (BISPO, 2020).



CONCLUSÃO

O bacuri é muito importante para a economia local dos municípios participantes desta pesquisa. Apesar de seu mercado estar na informalidade e depender, em grande medida, das relações de confiança construídas entre agroextrativistas e atravessadores, o fruto é gerador de renda e de desenvolvimento das populações agroextrativistas. Não foi identificado um mercado local para o bacuri. Nos mercados, lanchonetes e restaurantes, o estudo não verificou a venda de sucos ou outros produtos derivados do bacuri. Seus principais consumidores estão distantes da sua origem. As capitais do Maranhão, Pará e Piauí são os destinos do bacuri sul-maranhense.

No mercado analisado, há um agente principal, o atravessador. Apesar de esse ator seguir as demandas da agroindústria processadora de polpas, é ele que organiza todo o mercado local, estabelece os preços e as quantidades compradas, aluga os galpões para o “corte” do fruto, contrata a mão de obra e faz o acondicionamento refrigerado das polpas. Não existe concorrência entre esses intermediários na região do estudo.

Como demonstrado pela Nova Sociologia Econômica, o mercado do bacuri não se configura baseado apenas em oferta e demanda. São empresas e pessoas que organizam um mercado informal, haja vista que não existem contratos registrados. Tudo é encomendado e realizado por meio de contratos verbais, sem documentação e sem vigilância sanitária. E, mesmo na informalidade, esse formato de mercado perdura por décadas. Até mesmo quando existia uma empresa compradora em um dos municípios, os atravessadores eram os principais compradores do fruto. Assim, as negociações perpassam pelo interesse econômico das empresas que compram e comercializam o fruto *in natura* ou processado, bem como pela sobrevivência dos agroextrativistas que dependem dos atravessadores para escoamento do produto. Essa relação de dependência ocorre principalmente em decorrência da ausência de uma agroindústria para beneficiamento da polpa e de um aparato institucional que garanta o acesso a mercados mais diversificados, como em circuitos curtos e mercados institucionais

No caso do mercado do bacuri, é possível identificar um alto grau de *embeddedness*, em que, mesmo sem nenhum tipo de contrato escrito firmado, o agroextrativista coleta e, algumas vezes, beneficia minimamente o produto na espera do comprador que o encomendou, casos em que já existe uma frequência da relação de compra e venda. Essa frequência gera confiança, além de que, nos municípios onde ocorre a coleta do referido

fruto, existem vínculos de amizade e uma maior proximidade entre o atravessador e o agroextrativista, situação que permite às partes terem mais segurança nas relações comerciais.

Mediante o exposto, dentre as observações realizadas, consideramos que é necessária a capacitação em boas práticas de fabricação e de manejo para a coleta do bacuri. É preciso haver o plantio de mudas, a fim de que seja possível reestabelecer o equilíbrio ambiental e garantir a contínua disponibilidade dos frutos para os agroextrativistas. Assim, os bacurizeiros poderão, além de cumprir uma função ambiental, gerar renda para as populações locais.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.; SAES, S.; SOUZA, M. C.; MAGALHÃES, R. Mercados do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil. *In*: COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). **Pobreza e mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas**. Brasília: CEPAL; DFID, 2003. Cap. 4. P. 235-311.
- BECKERT, J. **The social order of markets**. Cologne: Max Planck Institute for the Study of Societies, 2007. Discussion Paper 07/15. 31 p.
- BISPO, T. W. **A transformação do agroextrativismo do Cerrado: casos do Sul maranhense e do Vale do rio Urucua em Minas Gerais – Brasil**. 2020. 229 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.
- BISPO, T. W. **Agroextrativismo no vale do Rio Urucua – Minas Gerais: formas de organização da produção e da distribuição**. 2014. 146 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) – Faculdade de Agronomia e Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- BISPO, T. W.; GUÉNEAU, S.; BRAGA, C. L.; LIMA, C. C. Cadeias produtivas dos frutos nativos do Cerrado: estudos de caso sobre o agroextrativismo no Vale do rio Urucua em Minas Gerais e no Sul maranhense. Toledo: IGepec, 2021. V. 25. p. 133-152. Edição especial. Artigo originalmente apresentado no 58º Congresso da SOBER, em 2020.
- BRASIL. **Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: Presidência da República, 2006.
- EMPERAIRE, L. L'extractivisme et le développement durable de l'Amazonie. **Aménagement et nature**, [S.l.], n.115, p. 23-31, 1994. Artigo consultado no livro *La forêt en jeu mondial*.



EMPERAIRE, L.; LESCURE, J. P. Introduction. EMPERAIRE, L. (Org.) **La forêt en jeu: l'extractivisme en Amazonie centrale**. Paris: OSTROM-UNESCO, 1996. p. 119-122.

FLIGSTEIN, N.; DAUTER, L. The sociology of markets. **Annual Review of Sociology**, [S.l.], v. 33, p. 105-128, 2007.

GIL, C. A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-eletrônica**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-41, jun. 2007.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, [S.l.], v. 91, n. 3, p. 481-510, nov. 1985.

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo, biodiversidade e biopirataria na Amazônia**. Embrapa Informação Tecnológica: Brasília, 2008. Texto para discussão; 27.

HOMMA, A. K. O. Amazônia: como aproveitar os benefícios da destruição? **Estudos Avançados**, [S.l.], v. 19, n. 54, p. 115-135, 2005.

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. Brasília: Embrapa – SPI, 1993. 201p.

HOMMA, A. K. O. Uma tentativa de interpretação teórica do extrativismo amazônico. **Acta Amazônica**, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 251-255, 1982.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2010. 568p.

MENEZES, A. J. E. A.; HOMMA, A. K. O.; SHÖFFEL, E. R. **Do extrativismo à domesticação: o caso do bacurizeiro no Nordeste Paraense e na Ilha do Marajó**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2012. 66p.

MENEZES, A. J. E. A.; HOMMA, A. K. O.; SCHÖFFEL, E. R.; FILGUEIRAS, G. C. A comercialização do fruto de bacuri pela agricultura familiar no nordeste paraense e Ilha de Marajó, no Pará. In: SOBER NORDESTE, 6, 2011, Petrolina. **Anais...** Petrolina: 2011. P. 1-21, 2011.

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F.; RODRIGUES, R. F. A. O trabalho familiar extrativista sob a influência de políticas públicas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, s. 1, p. S189-S204, 2014.

- NASCIMENTO, W. M. O.; CARVALHO, J. E. U.; MULLER, C. H. Ocorrência e distribuição geográfica do bacurizeiro. **Revista Brasileira de Fruticultura**, [S.l.], Jaboticabal, v. 29, n. 3, p. 657-660, 2007.
- NOGUEIRA, M. C. R.; FLEISCHER, S. R. Entre a tradição e modernidade: potenciais e contradições da cadeia produtiva agroextrativista no Cerrado. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [S.l.], São Paulo, v. 13, n. 1, p. 125-157, 2005.
- PANZUTTI, N. P. M. Mercado como construção social da realidade. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 41, n. 7, p. 60-72, 2011.
- PETRAS, J.; VELTMEYER, H. **Extractive Imperialism in the Americas: capitalism's new frontier**. Chicago: Haymarket Books, 2015.
- PINTON, F.; EMPERAIRE, L. L'extractivisme en Amazonie brésilienne: un système en crise d'identité. **Cahiers des Sciences Humaines**, [S.l.], v. 28, n. 4, p. 685-703, 1992.
- PORTES, A.; HALLER, W. The informal Economy. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (Eds.). **The handbook of Economic Sociology**. 2. ed. United Kingdom: Princeton University Press, 2005. Cap. 18. P. 403-425.
- REDIN, E. Construção social de mercados: a produção orgânica nos assentamentos do Rio Grande do Sul, Brasil. **Interações**, Campo Grande, v. 16, n. 1, p. 55-66, jan.-jun. 2015.
- SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o processo de realocização da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015.
- SILVA, C. V.; MIGUEL, L. A. Extrativismo e a abordagem sistêmica. **Novos Cadernos do NAEA**, [S.l.], v. 17, n. 2, p. 189-217, 2014.
- SWEDBERG, R. Markets as social structures. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (Eds.). **Handbook of Economic Sociology**. New Jersey: Princeton University Press, 1994. P. 255-282. Referência ao texto original, que posteriormente foi expandido sob o título *Markets in society* no capítulo 11 da segunda edição do *handbook*.
- WILKINSON, J.; MIOR, L. C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 29-45, 1999.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

